

Credores aceitam trocar títulos

William Rhodes diz que 600 bancos já aderiram e prevê que acordo pode sair ainda hoje

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O Brasil, provavelmente o único país do mundo onde um governo em crise consegue aprovar a criação de um novo imposto no Congresso, pode completar hoje uma proeza não menos surpreendente.

William R. Rhodes, o vice-presidente do Citibank que supervisiona os trabalhos do comitê de bancos credores do Brasil, disse na sexta-feira ao *Estado* que não descarta a possibilidade de fechar, no primeiro prazo, a venda da proposta de reestruturação da dívida externa brasileira, conseguindo a adesão de um número suficiente de bancos para alcançar a "massa crítica" de 95% dos US\$ 44 bilhões envolvidos na renegociação.

Segundo Rhodes, até sexta-feira mais de 600 bancos, representando "mais de 85%" da dívida, haviam aderido. "Estamos trabalhando para chegar à massa crítica nesta segunda-feira", disse. "Os bancos querem resolver esse assunto e creio que o Brasil também quer." O incentivo para os bancos chegarem à massa crítica é o pagamento de mais uma parcela de juros, relativa ao primeiro semestre de 92.

O negociador da dívida, Pedro Malan, está convencido de que a primeira etapa da venda do acordo será completada, no máximo, até a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Hamburgo, no fim do mês.

Malan e os executivos do comitê dos credores reúnem-se nos próximos dias para combinar os próximos passos da operação necessária à efetivação do acordo. Em renegociações passadas, a obtenção da massa crítica marcou o fechamento dos acordos. Agora, ela encerra apenas uma etapa e abre a parte mais difícil da operação.

"Rebalanceamento" — A próxima providência será o "rebalanceamento" das opções que os credores fizeram entre os instrumentos de refi-

nanciamento oferecidos pelo Brasil. Como era esperado, os bancos que aderiram até agora optaram maciçamente pelos títulos ao par. A proposta de acordo, aprovada pelo Senado, dá ao governo o direito de negociar uma nova distribuição. A questão será o tema principal de uma reunião que Malan e integrantes da equipe econômica terão com os credores paralelamente à assembléia do BID.

A recente troca do ministro da Fazenda não facilitará a conversa. A grande pergunta é se e quando o Brasil chegará a um acordo com o FMI. O acordo é importante porque ajudaria o governo a financiar a compra dos títulos de longo prazo do Tesouro dos EUA que prometeu entregar aos bancos como garantia de pagamento da dívida renegociada.

Funcionários americanos familiarizados com os esforços de entendimento entre o Brasil e os credores acreditam que os bancos chegaram a um acordo em princípio com o Brasil e mostram-se, agora, dispostos a subscrevê-lo porque presumem que, na ausência de um acordo efetivo com o FMI, o governo usará parte de suas reservas cambiais para financiar uma parcela maior das garantias. "Nem o Brasil nem os bancos conseguirão acordo melhor do que este no futuro previsível", disse uma fonte oficial.

Funcionários brasileiros utilizam o mesmo argumento para afirmar que é do interesse dos bancos calibrar suas opções no acordo de modo a reduzir os custos das garantias.

Quanto à confiabilidade do País, eles têm lembrado que apesar das várias trocas no ministério da Fazenda desde o início das negociações, em 1990, e a despeito de três mudanças na presidência do Banco Central e de toda a instabilidade política e econômica, o Brasil honrou todos os compromissos financeiros que assumiu para normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional.